



**GEDES**  
Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº12/2024**  
Período: 20/04/2024 - 26/04/2024  
**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- 60 anos do golpe militar I: projetos em memória aos 60 anos da ditadura foram vetados por Lula
- 2- 60 anos do golpe militar II: colunista avaliou reparação inédita às comunidades indígenas
- 3- 60 anos do golpe militar III: movimento “Diretas Já” escancarou a dubiedade do regime ditatorial
- 4- 60 anos do golpe militar IV: peça teatral de Augusto Boal retrata angústia de cidadãos frente à ditadura militar brasileira
- 5- 60 anos do golpe militar V: livro discorre sobre os movimentos de esquerda à época do golpe
- 6- Lula participou de evento comemorativo ao dia do Exército
- 7- Justiça Militar absolveu coronel da Aeronáutica acusado de assédio sexual
- 8- Brasília reforça políticas de segurança e compromisso com a democracia após os ataques de 8 de janeiro.
- 9- Discurso de Bolsonaro surpreende após trajetória de críticas à democracia e exaltação do golpe de 1964
- 10- Aumento do orçamento para a área de Defesa une governo e apoiadores do bolsonarismo
- 11- Periódico revela que governo Geisel se recusou a contribuir com um golpe de Estado em Portugal
- 12- Colunista comentou sobre planos de modernização das Forças Armadas
- 13- Marinha se recusou a reconhecer João Cândido, líder da Revolta de Chibata, como herói
- 14- Relatório aponta que Exército emitiu licenças de CACs para envolvidos em crimes

### 1- 60 anos do golpe militar I: projetos em memória aos 60 anos da ditadura foram vetados por Lula

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, as ações em memória aos 60 anos da ditadura militar (1964-1985) articuladas pelo Ministério dos Direitos Humanos envolviam diversos projetos e campanhas que contariam com a participação de grandes veículos de comunicação, como o canal Porta dos Fundos, além da participação de celebridades e a transformação do antigo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) em um memorial. Tais projetos, apesar de serem planejados desde o ano de

2023, foram vetados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma tentativa de apaziguamento com as Forças Armadas. Com falas de Lula como “não remoer o passado”, grandes projetos de comunicação que objetivavam salientar a importância da memória em programas de alta e variável audiência foram descontinuados. Tal ação, além de contar com o desagrado da sociedade civil, sobretudo das famílias de desaparecidos e vítimas da ditadura, foi acompanhada pelo contínuo declínio do orçamento federal direcionado às ações e políticas públicas que promovem a memória sobre a ditadura. (Folha de S. Paulo - Política - 21/04/24)

## 2- 60 anos do golpe militar II: colunista avaliou reparação inédita às comunidades indígenas

Em coluna à *Folha de S. Paulo*, Cláudia Plens, professora de arqueologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), discorreu sobre a medida de reparação inédita movida pela Comissão de Anistia, na qual se reconhece formalmente os abusos sofridos pelas comunidades indígenas krenak e guarani-kaiowá durante a ditadura militar (1964-1985). Segundo a professora, o momento que ficou marcado por um pedido de perdão de joelhos pela presidente da comissão, Enea Stutz e Almeida, em direção aos líderes indígenas dessas comunidades, demonstra o esforço brasileiro em se reconciliar com um passado de repressões violentas. Plens discorreu sobre a violência sistemática contra as populações indígenas perpetrada pelos militares, com a aplicação de políticas de assimilação forçada e integração compulsória, as quais tinham como intuito apagar a identidade cultural desses povos e garantir a submissão destes ao Estado brasileiro. Os deslocamentos forçados e as ações repressivas que visavam a desumanização dos povos originários e a aniquilação de suas práticas ancestrais feriram profundamente essas comunidades. A partir de recomendações da Comissão, que abrangem desde o reconhecimento de terras tradicionais até a assistência em saúde, educação e infraestrutura, respeitando as tradições locais, Plens salientou a complexidade dos desafios a serem enfrentados para a aplicação de uma política de reparação concreta e eficaz, capaz de superar o simbolismo e atuar na demarcação efetiva de terras e proteção dos direitos dos povos originários. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 21/04/24)

## 3- 60 anos do golpe militar III: movimento “Diretas Já” escancarou a dubiedade do regime ditatorial

Reportagem da *Folha de S. Paulo* discutiu como o movimento "Diretas Já", marco significativo de um contexto de abertura nos anos finais da ditadura militar brasileira (1964-1985), gerou tentativas repressivas do regime em conter sua expansão e influência. Com o projeto de um processo de transição lento e gradual, o movimento foi interpretado pelo último presidente do regime, general João Figueiredo, como subversivo, conferindo ao Exército o controle da segurança pública em áreas estratégicas como Brasília. Tal estratégia de repressão estendeu-se à censura da imprensa e aplicações de medidas que restringiam liberdades civis fundamentais, especialmente, em momentos críticos como a votação da Emenda Dante de Oliveira, a qual propunha eleições diretas para a Presidência da República. A emenda, que contou com um amplo apoio

popular, teve como resposta do regime um conjunto de manobras políticas - como a sugestão de Figueiredo em postergar as eleições para 1988, medida essa amplamente criticada em comícios - e repressões violentas nas ruas. Tais tentativas demonstram o desejo do regime em manter o controle sobre o processo político. Além disso, a votação da emenda foi marcada por uma série de ações autoritárias, como a proibição de transmissão ao vivo, cerco militar ao Congresso Nacional e violência contra manifestantes, culminando em um blecaute que obstruiu a comunicação no dia da votação. A rejeição da emenda, devido à ausência de quórum suficiente, refletiu a eficácia temporária dessas estratégias repressivas em frustrar as aspirações democráticas da população. Segundo a reportagem, essas ações contraditórias do regime militar, simultaneamente promovendo uma abertura democrática controlada e exercendo repressão, refletem a complexidade e os desafios enfrentados durante o período de transição do Brasil, de um governo autoritário para uma democracia representativa. Em análise para a *Folha*, o jornalista Oscar Pillagallo também discorreu sobre a influência do movimento “Diretas Já”, afirmando que, embora a emenda tenha sido derrotada na Câmara dos Deputados por uma diferença de 22 votos, o movimento por sua aprovação foi historicamente relevante para dar ao povo o protagonismo na redemocratização, elegendo-se em 1985 Tancredo Neves, o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar. Pillagallo argumentou que, ainda que por ocasião de sua morte Tancredo tenha sido sucedido por seu vice, José Sarney, que fizera carreira política na ditadura, o movimento popular foi fundamental para dar continuidade ao processo de redemocratização. (Folha de S. Paulo - Política - 21/04/24; Folha de S. Paulo – Política - 25/04/24)

#### 4- 60 anos do golpe militar IV: peça teatral de Augusto Boal retrata angústia de cidadãos frente à ditadura militar brasileira

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a peça “Murro em Ponta de Faca”, de Augusto Boal, que rememora passagens de sua vida durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), com foco na solidão em que as pessoas viviam naquele período, volta a ser encenada a partir de abril de 2024. A peça foi escrita durante o exílio de Boal, de 1971 a 1986. O foco do espetáculo é retratar a vida de pessoas que tiveram que sair de seu país e conviver com a angústia de não saber quando e, se, poderiam voltar. Segundo a *Folha*, apesar de ser uma peça antiga, promove questionamentos sobre as atuais ameaças de autoritarismo pelo mundo e pelo Brasil e a necessidade de lembrar com consciência esse momento sombrio da história brasileira, para que não volte a se repetir. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 24/04/24)

#### 5- 60 anos do golpe militar V: livro discorre sobre os movimentos de esquerda à época do golpe

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma resenha de autoria de Marcos Augusto Gonçalves a respeito da nova edição do livro "A Esquerda e o Golpe de 64" de Dênis de Moraes. O livro discorre sobre a mobilização dos movimentos de esquerda na época do golpe, em especial as controvérsias e embates entre as diferentes correntes. A obra conta com depoimentos de intelectuais e militantes

envolvidos no processo, como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Herbert de Souza e Luiz Carlos Prestes, entre outros. (Folha de S. Paulo - Política - 26/04/24)

#### 6- Lula participou de evento comemorativo ao dia do Exército

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, na comemoração do dia do Exército, em 19/04/2024, o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, comandante da Instituição, reiterou o compromisso do Exército com os princípios democráticos e a rejeição à falta de disciplina. Este foi o primeiro evento com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após sua instrução para que o governo não incentivasse ações de repúdio ao golpe de 1964. De acordo com a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, durante a celebração do dia do Exército, Paiva destacou a importância da estabilidade financeira para fortalecer a base industrial de Defesa e aumentar a capacidade de dissuasão em um mundo multipolar. Ele também fez um apelo para que Lula invista em modernização e tecnologia para as Forças Armadas. Mesmo sendo vaiado por parte da plateia civil, o presidente foi aplaudido por seus simpatizantes durante a cerimônia militar que contou com a presença do ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas. A presença de Lula em eventos militares tornou-se frequente após ele e o ministro da Defesa, José Múcio, articularem um movimento de reaproximação com as lideranças das Forças Armadas. Isso envolveu ações para evitar, por exemplo, a oposição à proposta do PT de alterar o artigo 142 da Constituição. Os jornais destacaram que, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), datas comemorativas na alçada militar eram frequentemente utilizadas para polarização política e confrontos institucionais, especialmente em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo as reportagens, a postura adotada por Lula e sua equipe reflete a busca por estabilidade e diálogo, em contraste com a tensão exacerbada do passado recente. (*Correio Braziliense* - Política - 20/04/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 20/04/24; *O Estado de S. Paulo* - Política - 20/04/24)

#### 7- Justiça Militar absolveu coronel da Aeronáutica acusado de assédio sexual

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Justiça Militar decidiu absolver um coronel acusado de assédio sexual contra seis oficiais mulheres. O conselho de cinco membros, composto por quatro homens e uma mulher, votou a absolvição por 4 a 1, considerando a falta de evidências contra o coronel José Arnaldo do Nascimento. O Ministério Público Militar planeja recorrer da decisão ao Superior Tribunal Militar. As denúncias incluíam alegações de abraços indesejados, toques inapropriados e comentários invasivos por parte do coronel, que chefiava uma unidade em Brasília. A defesa do acusado não comentou o assunto. Os advogados argumentaram que não havia evidências concretas para sustentar as acusações das militares, afirmando que eram falsas e motivadas por retaliação. Os incidentes teriam ocorrido entre 2017 e 2018, enquanto o coronel estava à frente do Grupamento de Apoio ao Distrito Federal. O jornal destacou que o Ministério Público Militar recomendou a absolvição em dois de seis casos semelhantes anteriores, devido à falta de evidências suficientes. Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo*, o referido conselho, por unanimidade, também decidiu anular o uso de um vídeo como prova, alegando problemas na cadeia de custódia. O caso faz parte de uma série

de acusações de assédio sexual contra oficiais da Força Aérea Brasileira, muitas das quais resultaram em arquivamento por falta de provas ou prescrição dos prazos legais. Após o julgamento, o membro mais graduado que participou do julgamento citou o histórico das vítimas e disse que em sua maioria eram oficiais com baixo rendimento, ou temporárias que buscavam de alguma forma não serem dispensadas ou prolongarem sua estadia na Força Aérea. Embora o Ministério Público tenha contestado a decisão, alegando que a vida pretérita da vítima não pode ser usada como base de julgamento, o processo permanece arquivado. (Folha de S. Paulo - Política - 20/04/24; Folha de S. Paulo – Política - 22/04/24)

#### 8- Brasília reforça políticas de segurança e compromisso com a democracia após os ataques de 8 de janeiro.

Em reportagem, o *Correio Braziliense* discorreu sobre o papel central da capital brasileira, Brasília, em garantir a ordem democrática. Ao traçar um comparativo entre a posição da cidade em 1964, início do período ditatorial brasileiro, e nos dias atuais, o jornal destacou que Brasília assume a missão de repelir qualquer tentativa de ruptura institucional. O momento mais recente se refere aos ataques de 8 de janeiro de 2023, no qual eleitores bolsonaristas atacaram o prédio dos três poderes e reivindicaram uma intervenção militar. Para o jornal, tal ataque à democracia demonstrou, sobretudo, um ponto de fragilidade das políticas de segurança. Desde então, autoridades estão focadas em aprimorar medidas de segurança, reformulando protocolos e restringindo a circulação em espaços públicos e governamentais, de modo a prevenir potenciais atos de vandalismo. Em resposta aos eventos golpistas, o ministro da Defesa, José Múcio, e comandantes militares reiteraram o compromisso com a democracia, dissociando as Forças Armadas de qualquer tentativa de golpe, enfatizando a disciplina dentro das corporações. Por outro lado, Ricardo Cappelli, nomeado interventor na crise, assegurou que medidas rigorosas e aprimoramento da inteligência garantissem que tais eventos não ocorressem novamente. Outro ponto aprimorado após os eventos de 8 de janeiro teria sido a comunicação e coordenação entre as Forças de Segurança. A experiência, no entanto, reforçou a importância de robustecer a segurança na Esplanada dos Ministérios, não apenas para proteger a integridade física dos prédios governamentais, mas também para assegurar a segurança dos cidadãos e a ordem pública. (*Correio Braziliense* - Política - 21/04/24)

#### 9- Discurso de Bolsonaro surpreende após trajetória de críticas à democracia e exaltação do golpe de 1964

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* realizou um dossiê de falas anti-democráticas do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), mas as contrastou reportando que na manifestação ocorrida em 21/04/2024, o ex-presidente mencionou risco à democracia, afirmando que Elon Musk, multi bilionário e dono da Tesla e da rede social X, é defensor da liberdade de expressão. Em um dos fragmentos de suas falas anteriores que denotam desprezo pela democracia, Bolsonaro disse, em entrevista ao *Brasil Urgente*, que a ditadura seria igual um casamento e que não foi uma maravilha, mas acabou de maneira pacífica. Outro fragmento lembrou que em entrevista ao

*Jornal da Band*, o ex-presidente Jair Bolsonaro disse que não houve ditadura e que a censura ocorria apenas quando oficiais eram ameaçados. Em outras falas, o ex-presidente pregou que a data de aniversário do golpe de 1964 deveria ser considerada o novo 7 de setembro; também defendeu e exaltou o general Ustra, conhecido torturador. Bolsonaro também disse que o único erro em relação à tortura foi não matar. Em diversos discursos na Câmara dos Deputados, o ex-presidente, ainda deputado, disse que a saída de João Goulart era uma vontade geral e que os militares foram apenas os garantidores. Jair Bolsonaro também declarou que os militares comemoram o dia 31 de março, pois amam a democracia, complementando que a liberdade atual é devida aos militares que impediram um golpe comunista em 1964. (Folha de S. Paulo - Política - 22/04/24)

#### 10- Aumento do orçamento para a área de Defesa une governo e apoiadores do bolsonarismo

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirmou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva mostra apoio ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do senador bolsonarista Carlos Portinho (PL-RJ), que fixa um percentual mínimo para destinação de recursos para a Defesa de 2% do PIB ao ano, o que em 2024 significaria passar de R\$ 126,6 bilhões para R\$ 130,8 bilhões. O jornal avaliou que o apoio de Lula acusa uma vontade do presidente de se aproximar às Forças Armadas e, ao mesmo tempo, contenta políticos bolsonaristas. Um setor mais crítico à PEC questiona tal posicionamento e se coloca contrário ao aumento dos gastos na Defesa, sustentando que o chefe do Executivo não tem que conquistar confiança dos militares e que o gasto excessivo em Defesa colocaria a democracia em risco, pois a população não participa das escolhas orçamentárias, ainda mais em um cenário em que as contas públicas estão cada vez mais apertadas e o cenário fiscal se agrava. Para os críticos, a população deveria participar das escolhas orçamentárias, visto que 90% da arrecadação já é destinada ao pagamento dos gastos obrigatórios e apenas 10% é destinado ao investimento em áreas sociais. (O Estado de S. Paulo - News - 22/04/24)

#### 11- Periódico revela que governo Geisel se recusou a contribuir com um golpe de Estado em Portugal

O periódico *Folha de S. Paulo* publicou matéria relatando alguns fatos elencados pelo historiador inglês Kenneth Maxwell na conferência sobre os 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal, ocorrida no dia 04/04/2024 na Universidade de São Paulo (USP). Segundo o historiador, após uma tentativa frustrada de golpe em Portugal, em 1975, o general António de Spínola se refugiou no Brasil, entrando em contato com oficiais do Exército brasileiro três meses depois para solicitar grandes quantidades de armamentos e munições, além de uma área no interior do Brasil para treinamento de 600 homens, com o objetivo de invadir o norte de Portugal. Enquanto agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) reagiram de modo receptivo, o então presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979) negou-se a aceitar o pedido. Para o periódico, a recusa de Geisel “contribuiu para que uma nova articulação antidemocrática não fosse adiante em Portugal”. (Folha de S. Paulo - Internacional - 23/04/24)

## 12- Colunista comentou sobre planos de modernização das Forças Armadas

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador do Brasil em Londres (1994-99) e em Washington (1999-2004), Rubens Barbosa, afirmou que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade de uma intervenção militar, baseada no artigo 142 da Constituição Federal, criou um “fato histórico” na cultura intervencionista nas relações entre civis e militares. Para o colunista, os próximos passos na evolução das relações civis-militares devem ser o fortalecimento do Ministério da Defesa, chefiado por um civil, e a modernização das Forças Armadas, temática que deve ser vista como uma questão da sociedade em geral e não apenas dos militares, visando fortalecer a capacidade autônoma do Brasil em matéria de defesa. Barbosa afirmou que deve haver uma modernização na logística de defesa, provida pela Base Industrial de Defesa (BID) estratégica pelo lado da oferta; além de aquisições por parte do Estado e políticas industriais e de ciência e tecnologia para desenvolver e sustentar a BID pelo lado da demanda. Segundo ele, no curto prazo, deve haver o fortalecimento da BID por meio de sua nacionalização, atuação do BNDES e do Banco do Brasil para o financiamento do comprador de produtos da BID e para a outorga de performance bonds a empresas de defesa. No médio prazo, devem ser concluídos os atuais projetos especiais das Forças Armadas, a fixação em lei de incremento gradual de investimentos em defesa com apoio a projetos, a revisão da assimetria quanto à imunidade tributária das importações de defesa, culminando na criação de um órgão para cuidar da logística da Defesa. Por fim, no longo prazo, deve haver uma política de reaparelhamento das Forças, redução do custo com pessoal e significativa autossuficiência em altas tecnologias críticas para o desenvolvimento dos produtos de defesa considerados estratégicos. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 23/04/24)

## 13- Marinha se recusou a reconhecer João Cândido, líder da Revolta de Chibata, como herói

O jornal *Correio Braziliense* noticiou em reportagem que a Marinha rejeitou o projeto de lei de 2019 que visava incluir o nome de João Cândido no livro de heróis da Pátria. Cândido foi um almirante negro responsável por liderar o movimento de 1910 que ficou conhecido como “Revolta da Chibata”, um motim do baixo oficialato da Marinha contra castigos físicos impostos pelos superiores. O comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen, classificou o acontecimento como uma “infâmia” e afirmou que João Cândido é um “reprovável exemplo de conduta”, sendo o seu heroísmo “infundado”. Entretanto, a Marinha reconheceu os castigos físicos impostos à época como uma “prática inaceitável”. Já o periódico *Folha de S. Paulo* acrescentou que Marcos Olsen afirmou que enaltecer os marinheiros envolvidos na revolta é exaltar atributos que não contribuem para “o pleno estabelecimento e manutenção do verdadeiro Estado democrático de Direito”. Acrescentou, também, que o projeto de lei tramita no Parlamento desde 2007, e que em 2008 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu anistia póstuma a todos os envolvidos na revolta. (Correio Braziliense - Brasil - 25/04/24; Folha de S. Paulo - Política - 26/04/24)

#### 14- Relatório aponta que Exército emitiu licenças de CACs para envolvidos em crimes

Em reportagem, o jornal *O Estado de S. Paulo* informou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a proposta que autoriza a criação de legislações estaduais sobre a posse e o porte de armas de fogo para defesa pessoal, prática esportiva e controle de espécies invasoras. A decisão faz parte dos esforços de deputados favoráveis à ampliação do acesso a armas de fogo, para tentar desarticular a revogação dos decretos do ex-presidente Jair Bolsonaro por parte do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o jornal, a revogação foi feita com base em um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que mostrou que o Exército autorizou a emissão de licenças de CACs (Caçadores, Atiradores Desportivos e Colecionadores) para pessoas em regime aberto e envolvidos em tráfico de drogas, homicídio e crime organizado. (O Estado de S. Paulo - Política - 25/04/24)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

#### **Equipe**

##### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

##### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Ponte Vinhó

##### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Ana Julia Ferreira dos Santos

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima



Marcela Furlan de Cena  
Maria Luiza de Barros Costacurta  
Mariana Terezinha Passos  
Yasmin Duarte Resende

**Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos  
Geremias Dias dos Santos de Carvalho  
Letícia Ramos da Rocha  
Maria Luiza Garcia Rabelo  
Mariana Amaro Gonçalves Silva  
Vinícius de Albuquerque Damasceno